

ESTATUTO DA CIDADE Uma atividade prática

Diego Jacques Lemes¹ e Pedro Renan Debiasi²

O Estatuto da Cidade é a Lei Federal de nº 10.257 de 10 de Junho de 2001 que se destina a organizar preceitos da política Urbana do Brasil. Ele foi instituído a partir da necessidade de ordenar os espaços urbanos frente à acelerada expansão populacional e ordenamento ineficaz da terra.

Perto de completar 20 anos de existência, o Estatuto da Cidade ainda é ensinado dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de maneira teórica, buscando que suas diretrizes sejam entendidas através de explicações e exemplos que mostram aos futuros arquitetos que a cidade segue em desequilíbrio, que o direito à cidade é uma luta de todos, dentro de um contexto de desigualdade social e do valor cada mais vez abusivo do território. Muito utilizado como apoio para o tema, o jogo do Estatuto da Cidade – Rurópolis, é bastante praticado pelos professores junto aos alunos para familiarizá-los com as diretrizes e instrumentos do documento.

Como forma de complementar o ensinamento teórico de sala de aula sobre o Estatuto da Cidade e também de colocar em prática a importância do papel do Arquiteto e Urbanista como um dos principais agentes que atuam sobre o valor do espaço urbano através dos seus equipamentos públicos e privados, utilizou-se o jogo EMAU.Cidade com um grupo de alunos do Centro Universitário Ritter dos Reis, estes tanto da graduação quanto da Pós-Graduação.

O jogo EMAU.Cidade foi idealizado em 2018 durante as atividades de extensão realizadas no âmbito acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo de duas instituições de ensino da Grande São Paulo.

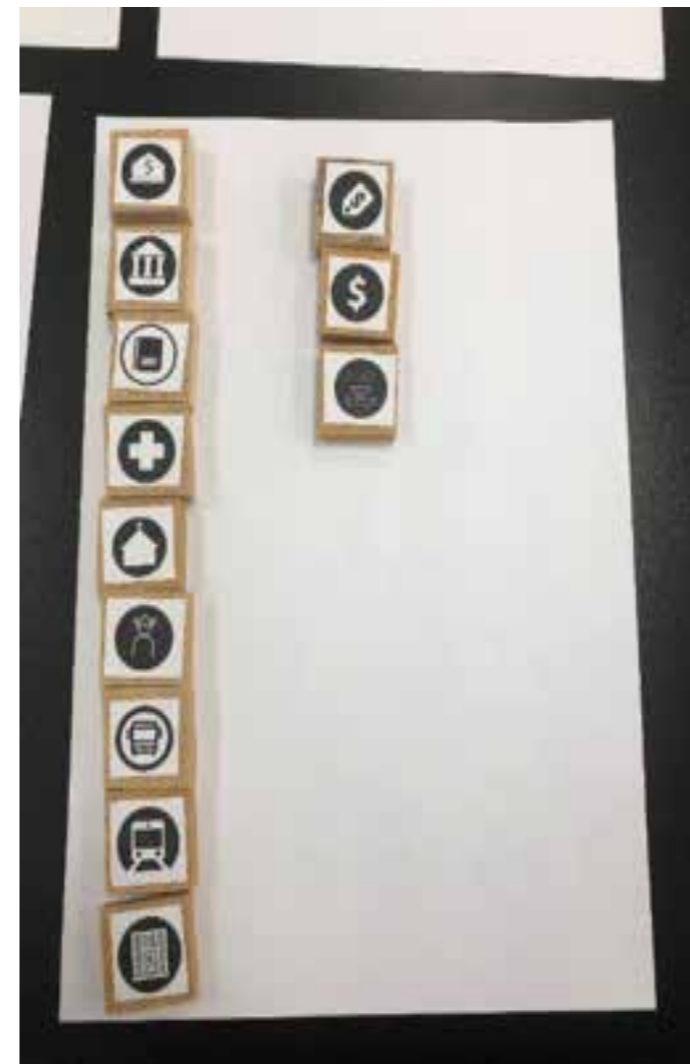
Divididos em grupos, num primeiro momento, os alunos distribuem num tabuleiro (bairros de uma cidade) elementos de infraestrutura urbana (escolas, hospitais, praças etc.). Na segunda etapa, um outro grupo de alunos recebem a mesma quantidade de habitações e diferentes quantias, para que então, implantem suas habitações naqueles bairros. No momento final, após a distribuição de todas as casas, alunos e professores analisam a configuração final daquela cidade fictícia.

Diferentes análises são ocasionadas a cada novo jogo, mas em geral, ao final do jogo é possível observar situações comuns às grandes cidades: O centro com boa infraestrutura esvaziado de habitações (devido ao valor da terra), bairros com pouca infraestrutura superadensados e habitações que “ficaram de fora do tabuleiro”, representando as ocupações irregulares e dificuldade de acesso ao mercado formal pelos menos favorecidos.

Após à análise do tabuleiro, é proposta reflexão a respeito da lógica da financeirização das terras urbanas, estabelecendo relação entre a cidade formal e a cidade ilegal, despertando discussão a respeito da aplicação prática dos instrumentos de

planejamento urbano propostos no estatuto da cidade.

Promover à atividade prática sobre o Estatuto da Cidade através de um jogo de tabuleiro gerou resultados bastante significativos e permitiu aos alunos um melhor entendimento de como organizar o espaço urbano através de vários critérios, com base na reivindicação concreta do espaço por moradia, infraestrutura, transporte, equipamentos públicos e políticas urbanas.



¹ Arquiteto e Urbanista, Coordenador e Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis – Porto Alegre e Canoas.

² Arquiteto e Urbanista, Coordenador Adjunto e Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis – Porto Alegre e Canoas.

